

O IMPÉRIO ROMANO E OS SEGUIDORES DE JESUS NO PRIMEIRO SÉCULO: CONFLITOS NA RELIGIÃO, CULTURA MILITAR E ESTRUTURA FAMILIAR

THE ROMAN EMPIRE AND THE FOLLOWERS OF JESUS IN THE FIRST CENTURY: CONFLICTS IN RELIGION, MILITARY CULTURE, AND FAMILY STRUCTURE

Pedro Augusto da Silva Ramos ¹
Valtair Afonso Miranda ²
Janaíne Vasconcelos ³

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar e apresentar alguns dos motivos que podem ter levado o Império Romano a iniciar uma grande perseguição contra os seguidores de Jesus Cristo no primeiro século. Ao longo do texto, serão destacadas três bases que sustentavam o domínio imperial: a religião, a exaltação da força decorrente de uma cultura de guerra e a estrutura familiar. Esses três pilares eram frequentemente questionados pela pregação dos apóstolos, e a difusão de duas ideias centrais do cristianismo ameaçava diretamente a autoridade e a legitimidade do controle de Roma sobre o mundo. Esse antagonismo foi decisivo para o início de uma perseguição estatal, uma vez que as estruturas imperiais eram sistematicamente confrontadas nos escritos apostólicos.

PALAVRAS-CHAVE: Novo Testamento; Império Romano; Cristianismo Primitivo.

ABSTRACT: This article aims to analyze and present some of the reasons that may have led the Roman Empire to launch a major persecution against the followers of Jesus Christ in the first century. Throughout the text, three pillars that supported

¹ Bacharel em Teologia (Fabat). Orcid: 0009-0007-7205-8542 Email: pedroadsr@gmail.com

² Doutorado em História (UFRJ). Faculdade Batista do Rio de Janeiro. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4556-2253> Email: valtair@seminariodosul.com.br

³ Mestre em Cognição e Linguagem (UENF). Faculdade Batista do Rio de Janeiro. Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-4836-734X> Email: janaíne@seminariodosul.com.br

imperial dominance will be highlighted: religion, the glorification of strength rooted in a culture of war, and the family structure. These three foundations were frequently challenged by the apostles' preaching, and the spread of two core Christian ideas posed a direct threat to the authority and legitimacy of Rome's control over the world. This clash played a decisive role in triggering state-led persecution, as imperial structures were systematically confronted in apostolic writings.

KEYWORDS: New Testament; Roman Empire; Early Christianit.



10.23925/2176-4174.34.2025e72399

Recebido em: 07/07/25.

Aprovado em: 03/08/25.

Publicado em: 04/08/25.

Introdução

“Estes são os que andam revolucionando o mundo inteiro [...]. Ora, todos eles agem contra os decretos de César, afirmando que há outro rei, Jesus” (Atos 17.6-7, com destaque dos autores).

O trecho acima representa um dos diversos episódios de perseguição enfrentados pelos seguidores de Jesus. De acordo com o autor de Atos dos Apóstolos, o apóstolo Paulo chegou a Tessalônica com a intenção de revelar aos judeus e gentios da cidade que o Filho de Deus havia vindo ao mundo.

Um grupo de judeus se uniu a alguns moradores locais para incitar uma agitação e perseguir Paulo e Silas. No entanto, como os dois não foram localizados, alguns de seus seguidores foram ameaçados em razão da mensagem que desafiava o domínio do Império Romano, conforme argumentado por Ferreira (2016) ao discutir a pregação dos apóstolos no contexto romano.

Esse episódio é apenas um dos muitos que podemos encontrar tanto na Bíblia quanto em fontes antigas que abordam os choques culturais entre os seguidores de Jesus e uma população imersa na cultura greco-romana.

Como destacado por Horsley (2014), havia a compreensão de que Roma, sob a liderança do imperador, havia eliminado a desordem mundial. Uma inscrição da

Assembleia Provincial da Ásia do ano de 9 a.C. mostra um pouco sobre essa ideia ao chamar César de o “Princípio de todas as coisas...; pois quando tudo caiu na [desordem] e pendia a dissolução, ele restabeleceu a ordem e deu ao mundo inteiro uma nova aura” (HORSLEY, p. 26, 2014). Ela ainda afirmava que a partir do aniversário de Augusto começou uma nova era que causou o fim das guerras, colocou o mundo em ordem e salvou os homens.

Os autores desta inscrição representam uma perspectiva popular que via o mundo sob o controle de Roma em paz e em perfeita ordem, devido ao domínio do imperador, que era considerado o filho de Deus.

Entretanto, os homens mais poderosos do império não podiam imaginar que um judeu nascido na modesta Galileia abalaria as estruturas do mundo romano. Também não previam que ele convocaria doze homens para segui-lo e que sua mensagem desafiaria a ordem romana de maneira singular: em vez de confrontar o Império por meio da força armada, ele e seus seguidores transformariam os rumos e os costumes romanos por meio de uma mensagem que questionaria a cosmovisão greco-romana.

Grudem (2014) ressalta que o impacto dos seguidores de Jesus Cristo nos séculos subsequentes foi tão significativo que diversos costumes dentro do Império Romano foram alterados. Por exemplo, foram promulgadas leis contra o infanticídio, o abandono de crianças, o aborto e as lutas brutais entre gladiadores, além de reformas no sistema penitenciário.

São estas questões que queremos analisar nas páginas seguintes, com destaque para os choques culturais entre a comunidade de Jesus e o Império Romano, e as subsequentes perseguições estatais. Esse exame revela as dinâmicas culturais e sociais que influenciaram a relação entre a comunidade cristã e as estruturas de poder estabelecidas, proporcionando um entendimento mais amplo do contexto histórico em que ocorreram essas perseguições.

Metodologia.

A análise desenvolvida neste artigo segue uma abordagem qualitativa, construída a partir do diálogo entre fontes bíblicas e obras de estudiosos que investigam o contexto cultural e histórico do primeiro século. Os relatos do Novo

Testamento — especialmente o livro de Atos dos Apóstolos e as epístolas de Paulo — são examinados à luz da realidade do Império Romano, com o objetivo de compreender os conflitos que surgiram entre a mensagem cristã e os pilares ideológicos que sustentavam a sociedade romana.

Para isso, foram consultadas obras de referência nas áreas da história, teologia e estudos culturais, permitindo uma leitura mais profunda sobre a religião oficial de Roma, sua estrutura militar e a organização familiar da época. Com base nesse conjunto de fontes, foi possível identificar elementos centrais da cultura greco-romana e, em seguida, contrastá-los com os ensinamentos dos apóstolos e os valores da comunidade cristã primitiva.

A proposta não é apresentar uma cronologia detalhada dos fatos históricos, mas destacar os principais pontos de tensão entre dois modos distintos de enxergar o mundo: o romano, baseado na força, na hierarquia e na dominação; e o cristão, fundamentado na fé em um único Deus, no serviço ao próximo e na dignidade igualitária entre todos os seres humanos.

1. O contexto histórico.

No século I a.C., o povo judeu estabeleceu seus primeiros contatos com o Império Romano. Após o início de uma guerra civil entre os herdeiros da rainha judia Salomé Alexandra, os romanos intervieram militarmente na região da Palestina, inaugurando um período de domínio com o apoio de Herodes. Esse novo governante, embora preservasse algumas tradições judaicas a fim de apaziguar a população, exerceu um governo severo, reprimindo duramente as insurreições judaicas contra sua administração e contra o próprio Império Romano.

A Pax Romana foi instaurada na Palestina, proporcionando maior segurança nas viagens, conectando as cidades por meio de um sistema de estradas, enfraquecendo os piratas e implementando uma moeda de aceitação universal. Assim, consolidou-se a unidade cultural helenística na região (STAMBAUGH, 2008). Roma, também influenciada pelo helenismo — uma síntese da cultura grega com antigas tradições orientais (REINKE, 2021) —, promoveu uma unificação cultural que alcançou partes da Europa, África e Ásia, mas encontrou significativa resistência entre os judeus.

Após um longo processo de formação cultural fundamentado na etnia e na religião, o povo de Israel — onde se encontravam os primeiros seguidores de Jesus — tornou-se um foco de resistência à assimilação cultural greco-romana. A cosmovisão e a cultura judaica constituíram a base dos ensinamentos dos primeiros cristãos e serviram como ponto de partida para sua oposição à cultura romana. Essas divergências ideológicas, somadas aos ensinamentos apostólicos, contribuíram para que os cristãos fossem vistos com desconfiança, provocando choques culturais com os romanos.

Os romanos, por sua vez, consideravam sua cidade o símbolo de uma ordem universal, o que alimentava a altivez de seus líderes (HOLLAND, 2022). Afinal, “o futuro pertencia aos fortes” (HOLLAND, p. 58, 2022). No entanto, havia ao menos um grupo que se opunha de forma veemente à cultura romana: os seguidores de Cristo, que foram perseguidos pelos imperadores romanos ao longo do primeiro século. Os períodos mais notórios de perseguição ocorreram durante os governos de Nero, na década de 60 d.C., e de Domiciano, na década de 90 d.C. Sob o governo de Nero, os cristãos foram acusados de serem responsáveis pelo grande incêndio que devastou a cidade de Roma em julho de 64 d.C. Já durante o reinado de Domiciano, a motivação foi distinta: a comunidade cristã recusava-se a prestar culto ao imperador. A intensidade das perseguições e o clima de medo foram tão profundos que levaram João a redigir o livro do Apocalipse, com o propósito de demonstrar que o Deus cristão governava o mundo a partir de seu trono e que, no tempo oportuno, haveria de punir o sistema iníquo vigente.

2. Características da cultura greco-romana

Após séculos de desenvolvimento cultural, o povo judeu consolidou uma cosmovisão profundamente estruturada. Identificavam-se como descendentes do patriarca Abraão, dedicavam-se à adoração de um único Deus no Templo de Jerusalém e observavam, com rigor, rituais religiosos e leis morais bem estabelecidos. Essa cosmovisão exerceu influência crucial sobre as crenças da comunidade de Jesus no primeiro século, considerando que o próprio Jesus declarou que a Lei e os Profetas — pilares centrais da tradição judaica — eram fontes legítimas de autoridade, como está escrito no Evangelho Segundo São Mateus 5,17-19.

O homem greco-romano, por sua vez, não partilhava da noção de um universo unificado. Para ele, astros, fenômenos e elementos da natureza não compunham um todo interligado e, portanto, não poderiam ser regidos por uma única entidade suprema (DE COULANGES, 2021). A partir dessa concepção, desenvolveu-se a crença em uma multiplicidade de deuses, como Héracles, Apolo e Febo.

Roma, marcada por sua composição multiétnica, não isolava as religiões estrangeiras, o que explica a adoção de deuses como Júpiter e Minerva — equivalentes romanos de Zeus e Atena. Essa prática refletia tanto o desejo de absorver elementos culturais diversos quanto a intenção de integrá-los à religião nacional. Ainda assim, o império não abria mão de seus próprios deuses, considerados protetores essenciais da cidade. Com frequência, Roma ampliava seu panteão, incluindo novas divindades para garantir proteção e assegurar vitórias militares.

Essas divindades, desprovidas de afeição pela humanidade, estavam vinculadas a cidades ou famílias específicas, sendo cultuadas originalmente pelas famílias fundadoras desses locais. Coulanges (2021) descreve tais deuses como invejosos, irritadiços e desprovidos de benevolência — frequentemente representados acompanhando os homens em batalhas.

Nesse mesmo contexto religioso, o imperador romano tornou-se objeto de culto. Em 27 a.C., o Senado concedeu a Otávio o título de Augustus, em reconhecimento ao seu sucesso político e militar. Esse título, associado ao deus Júpiter, transmitia ao mundo uma mensagem de autoridade imperial (*imperium*) (REINKE, 2021). Após sua morte, o culto a Augusto foi promovido, e ele passou a ser venerado como salvador, portador da paz para a humanidade e até mesmo como “evangelizador” — aquele que traz as boas novas.

As próprias vias do império prestavam homenagem a ele. Ao sul da Galácia, uma estrada recebeu o nome de Sebastos, equivalente grego de Augustus. “Simplesmente viajar por essa estrada era uma forma de homenagear o *Divi Filius*, o filho de um deus, que, com seus esforços e sabedoria, conduziu a humanidade à era dourada” (HOLLAND, 2022, p. 97).

A partir desse cenário, tornou-se comum referir-se aos imperadores romanos como “filho de deus”. O culto ao império também se manifestava por meio de sua

simbologia: ao menos 24 animais eram utilizados como emblemas do poder imperial (FERREIRA, 2016), demonstrando as fundações teológicas e culturais do regime.

Entre a religiosidade greco-romana e a fé dos seguidores de Jesus havia uma diferença fundamental no campo da moralidade. Como aponta Holland (2022), os deuses gregos jamais buscaram regular ou explicar a moral; conselhos eram oferecidos por oráculos, como o de Delfos, mas não sobre questões éticas, que derivavam das tradições dos próprios povos, e não de uma revelação divina.

Toda a estrutura dessa sociedade estava ancorada na religião, que fundamentava o direito, as relações sociais, a propriedade, a herança, a organização familiar e o governo.

4. A valorização da força.

Os romanos, à semelhança de outros povos da Antiguidade, cultivavam o hábito de dominar e submeter as populações conquistadas, considerando-as inferiores. Judeus e sírios, por exemplo, eram vistos unicamente como servos (HORSLEY, 2014). Além disso, as vitórias militares de Roma eram celebradas com festas públicas, enquanto símbolos — frequentemente representados por animais — exaltavam o poderio imperial.

Outro ponto relevante é a admiração romana pelos estoicos, que defendiam a ideia de que “o universo é algo vivo, onde todas as explicações para o que acontece estão interligadas, como os fios de uma rede infinita projetada para o futuro” (HOLLAND, 2022, p. 57). Sob essa influência, os romanos passaram a acreditar que suas conquistas eram predestinadas e que sua cidade e ordem estavam destinadas a tornar-se universais.

Como já mencionado, os imperadores romanos eram venerados como divindades, e as vitórias do império eram interpretadas como triunfos dos deuses romanos sobre as divindades dos povos subjugados. Desde o período monárquico, os romanos cultuavam uma divindade que acreditavam deter o *imperium* — um tipo de poder sagrado que conferia autoridade para agir sobre o mundo e dominá-lo (REINKE, 2021). Com base nessa convicção, acreditavam que deviam controlar todos os aspectos da sociedade — política, economia e religião — a fim de instaurar uma ordem mundial ideal: a chamada Pax Romana. Esse período foi exaltado pelo próprio

povo como o auge da perfeição e o fim dos conflitos, marcando o início de uma era de harmonia universal (HORSLEY, 2014).

Em Roma, o imperador era venerado por sua capacidade de exercer autoridade e força. A valorização da força em todo o império justificava-se pela convicção de que o líder possuía o poder de decidir sobre a vida e a morte de seus súditos com uma única palavra. Durante o governo de Nero, o imperador passou a ser denominado *kyrios* (senhor), e mais tarde recebeu o título ampliado de “senhor e deus”, reforçando a imagem de supremacia do Estado romano.

Se o governante romano era considerado um deus e responsável pela manutenção da paz sob o domínio imperial, então dispunha de legitimidade política, cultural e social para subjugar os povos conquistados. Naquele contexto, a crença em múltiplas divindades era amplamente aceita, e cada cidade reverenciava seus próprios deuses. As guerras entre reinos não eram vistas apenas como confrontos militares, mas como disputas entre as divindades de cada povo. Assim, quando Roma vencia e dominava um território, compreendia-se que sua divindade havia demonstrado superioridade, legitimando a conquista e exigindo submissão e respeito.

5. A estrutura familiar.

O ambiente familiar nas cidades influenciadas pela cultura greco-romana apresentava uma característica marcante e distintiva em relação à realidade contemporânea: a presença constante de escravos. Embora não fossem considerados membros da família e fossem tratados como indivíduos de condição inferior, os escravos eram figuras comuns nos lares romanos, razão pela qual se faz necessário mencioná-los neste contexto.

Embora o casamento fosse uma instituição amplamente difundida e incentivada entre os romanos, certas práticas socialmente aceitas na época podem causar estranhamento a sociedades cristianizadas ou influenciadas por valores judaicos. Por exemplo, nas sociedades de matriz judaico-cristã, as relações sexuais eram, em geral, restritas ao matrimônio entre marido e esposa, e as relações homoafetivas eram amplamente condenadas. Nas cidades sob influência greco-romana, contudo, os costumes seguiam outra lógica. Era comum que homens casados mantivessem várias amantes — conhecidas como “mulheres sem honra” — além de manterem relações

sexuais com jovens escravos. Nesse contexto, o sexo funcionava frequentemente como expressão de poder, sendo o papel passivo associado à submissão e à inferioridade.

Outro aspecto relevante era a estrutura patriarcal da família, em que o pai detinha autoridade absoluta sobre todos os seus membros. Apenas o patriarca era reconhecido pela cidade como cidadão pleno; a esposa e os filhos estavam juridicamente subordinados à sua autoridade.

A mulher, nessa sociedade, carecia de autonomia — inclusive em questões religiosas. Ao contrair matrimônio, era obrigada a abandonar a religião de seu pai para adotar a religião doméstica do marido, participando dos ritos e sacrifícios familiares sem direito de escolha ou contestação.

A autoridade paterna era tamanha que a decisão sobre a vida ou morte de um recém-nascido recaía exclusivamente sobre o pai. Ao nascer, o bebê era colocado no chão pela parteira; se o patriarca o erguesse, a criança era reconhecida como parte da família. Caso contrário, era abandonada nos lixos da cidade, onde poderia morrer ou, eventualmente, ser recolhida e criada como escrava. Após a morte do pai, os bens da família não eram herdados pela esposa ou pelas filhas, mas exclusivamente pelos filhos homens. Essa lógica está refletida na própria origem do termo “patrimônio”, cuja raiz está ligada diretamente à figura masculina.

No espaço doméstico, a presença do escravo era constante. Sob a lógica cultural da época, os escravizados eram considerados cidadãos de segunda classe, destituídos dos mesmos direitos legais dos homens livres. Eram vistos como “objetos em movimento, listados entre os bens do senhor” (REINKE, 2021, p. 290), estando completamente sujeitos às vontades de seus proprietários, independentemente de seu gênero.

6. O choque cultural entre a religião e a mensagem cristã

Anteriormente, foram destacados três pilares essenciais da cultura romana: a religião, a valorização da força — intimamente relacionada ao militarismo — e a estrutura familiar. Para compreender os conflitos que surgiram entre a mensagem cristã e o estilo de vida promovido pelo Império Romano, é necessário examinar esses elementos de forma individual e aprofundada.

Como já demonstrado, os romanos não concebiam um universo regido por uma única divindade. Essa visão de mundo, fundamental para a cultura romana, contrastava profundamente com a cosmovisão dos seguidores de Jesus, que reconheciam um único Deus soberano sobre toda a criação.

Grudem (2023) destaca que uma das características desse Deus é a Sua onipresença — Ele está presente em todos os lugares simultaneamente e exerce domínio sobre todas as coisas. Essa concepção é confirmada na Bíblia, especificamente na carta de Paulo aos Colossenses, que afirma que tudo foi criado por meio dele (Epístola aos Colossenses 1,16). O apóstolo João reforça essa soberania ao declarar que todas as coisas foram feitas pelo Verbo (Jesus), por meio d'Ele e para Ele, como está escrito no Evangelho de São João 1,3.

Se Deus governa todas as coisas, como mostra o autor do Apocalipse ao descrever o trono celestial a partir do qual Ele exerce soberania absoluta (BÍBLIA, p. 2146, 2002), então as conquistas do Império Romano não se devem à sua força ou aos desígnios de seus deuses, mas à providência divina do Deus de Israel. Tognini (2009) corrobora essa interpretação ao afirmar que os impérios que dominaram Israel — da Babilônia até Roma — promoveram transformações geopolíticas que facilitaram a difusão da mensagem de Jesus Cristo.

Outro aspecto central da religião romana era a adoração ao imperador como “filho de Deus”. Ferreira (2016), ao comentar o primeiro capítulo da carta de Paulo aos Romanos, aponta que o apóstolo proclamava Jesus — e não o imperador — como o verdadeiro Senhor e Filho de Deus, digno de adoração. Os seguidores de Jesus mantinham uma fé monoteísta, em contraste com o politeísmo romano, que atribuía uma divindade tutelar a cada cidade, responsável por sua proteção e segurança.

Dessa forma, observa-se que a visão religiosa cristã desafiava frontalmente a estrutura teológica romana. Se Deus detém o domínio absoluto, então o poder do Império Romano é limitado e pode ser superado, caso assim Ele determine. Sob a ótica cristã, Roma não possuía a força que imaginava e seus deuses não sustentavam seu domínio. O poder imperial era, na verdade, um instrumento temporário da providência divina, utilizado para cumprir os propósitos de Deus.

Essa nova concepção religiosa, ao negar a divindade do imperador, deslegitimava o culto imperial e, por consequência, a autoridade de Roma sobre os povos

conquistados. Se César era apenas um homem comum, desprovido de divindade, então nada impedia os povos subjugados de reivindicarem sua autonomia. A cosmovisão cristã subvertia os fundamentos religiosos que sustentavam a Pax Romana e a hegemonia imperial sobre outras nações.

7. O choque entre a valorização da força e a mensagem cristã

A morte por crucificação era, à época, uma das formas mais cruéis e degradantes de execução, utilizada como punição humilhante e como mecanismo de reafirmação da ordem romana nos territórios sob seu controle. Em uma sociedade que exaltava conquistas militares, símbolos de poder e deuses que combatiam ao lado dos homens, dificilmente se concederia crédito a um grupo que seguia alguém que, proclamando-se o verdadeiro Deus, foi executado na cruz e não utilizou armas para alcançar seus objetivos. Essa dissonância entre a valorização da força e a pregação de um Deus crucificado levou o apóstolo Paulo a afirmar que a mensagem do evangelho era “loucura para os gregos”, como está na Epístola de I Coríntios 1, 18-25.

Além disso, Jesus Cristo conviveu com pessoas marginalizadas, ensinou que o maior no Reino era o servo, e rejeitou campanhas militares — atitude que frustrou muitos judeus de sua época, que esperavam um Messias libertador político, capaz de restaurar a soberania de Israel frente ao domínio romano. Sua mensagem confrontava diretamente os valores de uma cultura que interpretava o poder militar e as vitórias bélicas como sinais de bênçãos divinas.

Também a concepção de salvação no contexto romano destoava significativamente dos ensinamentos de Jesus. Enquanto os romanos exaltavam César por sua capacidade de conquistar territórios com base na força e de impor ordem ao mundo, a vitória oferecida por Cristo localizava-se em uma esfera distinta: a espiritual. Para os seguidores de Jesus, a verdadeira libertação era alcançada por meio da fé no sacrifício do Messias, que proporcionava redenção do pecado e da morte eterna. Nesse sentido, a salvação proposta por Cristo não era de natureza política ou territorial, mas essencialmente espiritual e escatológica.

8. O choque entre a valorização da força e a mensagem cristã

As famílias e cidades, no contexto greco-romano, possuíam suas próprias divindades protetoras, e era a partir desse sistema religioso que se definiam questões cruciais, como os direitos de herança, os papéis sociais dentro do núcleo familiar e a sexualidade — especialmente permissiva para os homens.

Era comum que o homem mantivesse relações sexuais com escravos ou com as chamadas “mulheres sem honra”, sem que essas práticas fossem consideradas adultério. Tais condutas eram socialmente aceitas, desde que o homem ocupasse a posição ativa na relação. A disseminação do cristianismo, no entanto, abalaria profundamente esses padrões permissivos. O apóstolo Paulo, por exemplo, em suas epístolas, ensina que as relações sexuais devem ocorrer exclusivamente entre marido e esposa, dentro do vínculo do matrimônio como está escrito na Epístola de I Coríntios 6,18.

Mais do que isso, Paulo faz uma afirmação que impacta não apenas a visão sobre sexualidade, mas também a posição da mulher na sociedade. Em sua carta aos Gálatas, declara que todos são “um só em Cristo Jesus”, equiparando homens e mulheres na Epístola aos Gálatas 3,28.

Embora tal afirmação possa soar comum sob a ótica contemporânea, ela tinha, à época, o potencial de desestabilizar profundamente as bases de uma sociedade moldada por valores romanos. Ela desconstrói a ideia amplamente difundida de que o indivíduo em posição passiva numa relação sexual era inferior. Ao invés de expressão de poder ou dominação, o ato sexual passa a ser concebido como uma experiência de prazer mútuo dentro do casamento.

Ao propor a igualdade entre homens e mulheres na estrutura familiar, Paulo sugere também que a mulher não estaria mais obrigada a seguir a religião de seu pai ou marido, caso optasse por seguir a Cristo. Ao escolher o Deus dos seguidores de Jesus e dos judeus, sua igualdade diante da criação lhe confere autonomia para decidir seu próprio caminho espiritual.

A possibilidade de uma mulher romper com a religião ancestral para acolher a mensagem cristã representava uma ruptura profunda na estrutura familiar e na continuidade das tradições. Nesse sentido, a mulher que aderia ao evangelho tornava-se uma força social transformadora, desafiando as convenções religiosas e culturais de sua época.

9. Considerações finais

Os seguidores de Jesus Cristo exerceram um impacto profundo e duradouro sobre a sociedade romana ao longo do tempo. Costumes, cosmovisões e relações sociais foram amplamente transformados à medida que a mensagem dos apóstolos ganhava adeptos entre os súditos do Império. Esse movimento desencadeou uma crise em algumas das estruturas mais fundamentais da época.

Tal realidade evidencia que a perseguição enfrentada pelos primeiros cristãos não se restringia ao que muitos religiosos acreditam ser no campo espiritual, mas refletia também um conflito cultural entre a mensagem anunciada e os pilares ideológicos que sustentavam o império. Com a aceitação da doutrina apostólica acerca da existência de um único Deus, as principais estruturas religiosas que legitimavam o domínio romano sobre outros povos começaram a perder sua credibilidade.

Além disso, uma sociedade influenciada por valores como o pacifismo e o serviço mútuo inevitavelmente colocaria em xeque a lógica da dominação militar e da exploração de um povo por outro. A defesa da igualdade entre homens e mulheres, por sua vez, abalava diretamente a religião doméstica e os direitos dela derivados, pois enfraquecia a legitimidade do homem em impor suas crenças à esposa ou em utilizar o corpo de seus escravos como instrumento de prazer.

Nesse contexto de transformação, Coulanges afirma: “A vitória do cristianismo marca o fim da sociedade antiga. Com a nova religião, encerra-se essa transformação social que observamos começar seis ou sete séculos antes” (DE COULANGES, p. 505, 2021). O impacto dos seguidores de Jesus foi vasto e profundo. Seus novos modos de pensar e agir remodelaram o mundo, transformaram os costumes romanos e completaram uma engrenagem histórica que, há séculos, vinha moldando as bases de uma nova ordem social.

Referências bibliográficas

BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém.** BALACIN, Euclides *et al.* 6^a edição. São Paulo. Editora Paulus. 2002.

- COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**: São Paulo, Montecristo, 2021.
- FERREIRA, Franklin. **Contra a idolatria do Estado**. São Paulo: Vida Nova, 2016.
- GRUDEM, Wayne. **Política segundo a Bíblia**. São Paulo: Vida Nova, 2014.
- GRUDEM, Wayne. **Teologia sistemática ao alcance de todos**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2023.
- HOLLAND, Tom. **Domínio, o cristianismo e a criação da mentalidade ocidental**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2022.
- HORSLEY, Richard. **Jesus e o Império**. São Paulo: Paulus, 2014.
- NOGUEIRA, Paulo. **Religião e poder no cristianismo primitivo**. São Paulo: Paulus, 2020.
- REINKE, André. **Aqueles da Bíblia**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2021.
- REINKE, André. **Os outros da Bíblia**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2021.
- STAMBAUGH, John; BALCH, David. **O Novo Testamento em seu ambiente social**. São Paulo: Paulus, 2008.
- TOGNINI, Enéas. **O período interbíblico**. São Paulo: Hagnus, 2009.
- WRIGHT, N.T. **Paulo, uma biografia**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2021.